

**HABEAS CORPUS Nº 548.775 - SP (2019/0357696-5)**

**RELATOR** : **MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**  
**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : FERNANDO RODOLFO MERCÊS MORIS - SP147338  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : MAURÍCIO ALVES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

**DECISÃO**

Trata-se de **habeas corpus**, substitutivo de recurso especial, com pedido liminar, impetrado em favor de **MAURÍCIO ALVES**, contra v. acórdão do eg. **Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo** no **Agravo em execução n. 7000985-21.2019.8.26.0344**.

Depreende-se dos autos que o d. Juízo das execuções homologou o procedimento administrativo disciplinar instaurado em face do paciente, mas desclassificou a falta a ele imputada para a modalidade **média** (fls. 23-24).

Por sua vez, o Ministério Público Estadual interpôs agravo em execução perante o eg. Tribunal de origem, que deu provimento ao recurso, nos termos do v. acórdão de fls. 12-22 assim ementado:

*"Agravo em Execução Falta média - Insurgência ministerial, alegando que a falta deve ser considerada grave - Admissibilidade Reeducando que desrespeitou agentes de segurança penitenciária, caracterizando falta disciplinar de natureza grave - Agravo ministerial provido, para caracterizar como falta disciplinar de natureza grave a conduta praticada por Maurício Alves."*

No presente **writ**, a impetrante alega, em síntese, que *"afigura-se ilegal a decisão do Tribunal de Justiça de São Paulo na parte em que determinou a interrupção dos lapsos temporais para livramento condicional, indulto e comutação de penas em virtude do cometimento pelo sentenciado de falta disciplinar de natureza grave"* (fl. 4).

Assere que *"todos o julgados trazidos tratam de hipótese onde o cometimento de falta grave interrompeu o prazo de concessão do benefício de progressão de regime, situação fática diversa, que não pode ser usada, de modo extensivo, para justificar a negativa de diferente benesse - livramento condicional - na execução penal do ora Agravado"* (fl. 6).

Invoca o enunciado sumular n. 441/STJ.

Aduz que *"superada, portanto, pelos tribunais pátrios, questão acerca da interrupção do do lapso aquisitivo do livramento condicional, indulto e comutação de penas pela prática da falta grave pelo reeducando, tendo se pacificado o entendimento pela ausência da interrupção"* (fl. 10).

Requer, ao final, a concessão da ordem, inclusive liminarmente, para que *"seja cassado o julgado do agravo em execução proferido pelo tribunal-coator, afastando-se a interrupção dos lapsos temporais para obtenção pelo sentenciado do livramento condicional, indulto e comutação de penas em virtude do cometimento de falta disciplinar de natureza grave"* (fls. 10-11).

**É relatório.**

**Decido.**

A análise do pleito excede os limites cognitivos do pedido liminar, pois demanda incursão no mérito do **writ** e possuiu natureza satisfativa, devendo ser realizada em momento oportuno, após a verificação mais detalhada dos dados constantes do processo.

O exame perfunctório, portanto, não permite a constatação de indícios suficientes para a configuração do **fumus boni iuris**, não se configurando, **de plano**, flagrante ilegalidade a ensejar a concessão da medida de urgência.

Ante o exposto, **indefiro o pedido liminar.**

Solicitem-se, **com urgência e via telegrama**, informações atualizadas e pormenorizadas ao d. Juízo de 1º grau e ao eg. Tribunal **a quo**.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Após, vista dos autos ao Ministério Público Federal.

P. I.

Brasília, 28 de novembro de 2019.

**MINISTRO LEOPOLDO DE ARRUDA RAPOSO**

**(DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TJ/PE)**

Relator